



TEORIA CRÍTICA: Origens e conceitos

Área: ADMINISTRAÇÃO

SCHEBELESKI, Patricia Grotti

FERREIRA, Cristina Hillen Marchine

Resumo: Num mundo em constantes transformações, mudanças significativas se fizeram presentes nas organizações, o que culminou em reflexos no crescimento do custo do controle e na distância das cadeias de meios/fins e gerou tensões na estratégia e na racionalidade instrumental, base do discurso modernista. Nesse contexto, os objetos para controle administrativo deixaram de ter como foco o poder trabalhista e o comportamento e passaram a ter foco na mente e na subjetividade dos empregados, caracterizando novas questões sociais. Essas novas questões sociais refletem o declínio e a desilusão dos pressupostos modernistas abrindo campo para a Teoria Crítica, um dos caminhos para compreender como as organizações e suas administrações agem, bem como para entender as implicações para as pessoas e para a sociedade de forma geral. O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma compreensão da Teoria Crítica para os Estudos Organizacionais. Considerando as origens e seu desenvolvimento a Teoria Crítica constitui-se como um importante caminho para análise das organizações, buscando sociedades e organizações livres de dominação onde todos possam contribuir e desenvolver-se. Tal busca acontece na medida em que se entende a realidade dos sistemas organizacionais e canalizam-se esforços para superar a dominação existente passando seus membros a contribuir com a realização das necessidades humanas e o desenvolvimento de todos.

Palavras-chave: Teoria Crítica. Escola de Frankfurt.

1. INTRODUÇÃO

Para Alvesson e Deetz (1999) a administração, a partir dos pressupostos modernistas, trabalha na base do controle, da crescente racionalização e colonização progressiva da natureza e das pessoas, enquanto trabalhadores, consumidores potenciais ou a própria sociedade em geral. Num mundo em constantes transformações, mudanças significativas se fizeram presentes nas organizações, o que culminou em reflexos no crescimento do custo do controle e na distância das cadeias de meios/fins e gerou tensões na estratégia e na racionalidade instrumental, base do discurso modernista. Nesse contexto, os objetos para controle administrativo deixaram de ter



como foco o poder trabalhista e o comportamento e passaram a ter foco na mente e na subjetividade dos empregados, caracterizando novas questões sociais.

Essas novas questões sociais refletem o declínio e a desilusão dos pressupostos modernistas abrindo campo para a Teoria Crítica, um dos caminhos para compreender como as organizações e suas administrações agem, bem como para entender as implicações para as pessoas e para a sociedade de forma geral.

O presente trabalho tem por objetivo principal apresentar uma compreensão da Teoria Crítica para Estudos Organizacionais, considerando para tanto algumas questões essenciais: suas origens, desenvolvimento e implicações para o campo da Teoria das Organizações. As discussões empreendidas foram estruturadas na forma dos seguintes tópicos: Escola de Frankfurt, Paradigma do Humanismo Radical, Imagens de Dominação e Neuroses, Fontes de Inspiração, Respostas ao Modernismo; Dimensões sobre as posições de pesquisa da Teoria Crítica e Teoria Crítica nos Estudos Organizacionais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Para Alvesson e Deetz (1999) o significado da Teoria Crítica no campo dos Estudos Organizacionais é restrito, referindo-se aos estudos embasados prioritariamente, embora não exclusivamente, em conceitos da Escola de Frankfurt – cujas referências estão pautadas em Adorno, Horkheimer, Marcuse e Habermas – e fundamentado de forma resumida no Paradigma do Humanismo Radical, de Burrell e Morgan (1979), e nas Imagens de Dominação e Neuroses, de Morgan (1986).

2.1 ESCOLA DE FRANKFURT

Para Slater (1978, p. 11) o termo ‘Escola de Frankfurt’ foi usado para designar um grupo de intelectuais e uma teoria social específica, surgida na Alemanha no final da década de 20 e início da década de 30. Tais intelectuais estavam aglutinados em torno do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, cujo principal idealizador e um dos fundadores foi Félix Weil. O objetivo do Instituto era o de “alcançar o conhecimento e a compreensão da vida social em sua totalidade, das questões econômicas às ideológicas” (FERREIRA *et al*, 2006).



A Escola de Frankfurt reuniu um grupo de intelectuais – filósofos e cientistas sociais – de orientação marxista, que cultivavam a Teoria Crítica da Sociedade. Seus principais representantes foram Theodor Adorno, Max Horkheimer, Walter Benjamin, Herbert Marcuse, Leo Löwenthal, Erich Fromm, Jürgen Habermas. E as obras de tais representantes constituem o núcleo da Teoria Crítica tal qual é conhecida hoje. De acordo com Santana (2011):

Esta Escola tinha uma sede, o Instituto para Pesquisas Sociais; um mestre, Horkheimer, substituído depois por Adorno; uma doutrina que orientava suas atitudes; um modelo por eles adotado, baseado na união do materialismo marxista com a psicanálise, criada por Freud; uma receptividade constante ao pensamento de outros filósofos, tais como Schopenhauer e Nietzsche; e uma revista como porta-voz, publicada periodicamente, na qual eram impressos os textos produzidos por seus adeptos e colaboradores. O programa por eles adotado passou a ser conhecido como Teoria Crítica.

Ainda segundo Santana (2011), “esta corrente foi a responsável pela disseminação de expressões como ‘indústria cultural’ e ‘cultura de massa’”. Nesse sentido, segundo Kelly (2010) de Walter Benjamin, pode-se “destacar reflexões sobre as técnicas físicas de reprodução da obra de arte, particularmente do cinema, e as conseqüências sociais e políticas resultantes”; de Theodor Adorno, “o conceito de indústria cultural e a função da obra de arte”; de Max Horkheimer, “os fundamentos epistemológicos da posição filosófica de todo o grupo de Frankfurt, tal como se encontram formulados em sua teoria crítica”; de Herbert Marcuse, “a esperança em novas formas de libertação da Razão e emancipação do ser humano através da arte e do prazer”; e de Jürgen Habermas, “as idéias sobre a ciência e a técnica como ideologia”.

Assim, a perspectiva fortemente defendida pela Escola de Frankfurt é “que uma teoria é ‘dirigida’ ou ‘endereçoada’ a um grupo particular de agentes humanos e contribui de maneira especial para seu auto-conhecimento” (GEUS, 1988, p. 104).

2.2 PARADIGMA DO HUMANISMO RADICAL

Para Burrell e Morgan (1979) há quatro paradigmas definidos por pressupostos metateóricos que subscrevem o quadro de referência, o modo de teorizar e o *modus operandi* dos teóricos sociais que operam dentro deles. Constitui-se como um termo que enfatiza o que tem em comum nas perspectivas que liga o trabalho de um grupo de teóricos de modo que



possam ser vistos como abordando uma teoria social dentro dos limites da mesma problemática.

E o Paradigma do Humanismo Radical é um dos quatro paradigmas apresentados por Burrell e Morgan (1979). Segundo os autores uma das idéias básicas desse paradigma é a de que o homem é dominado por uma superestrutura ideológica com a qual está em interação e que dificulta a relação entre ele mesmo e sua verdadeira consciência. Trata-se da alienação do homem impedindo seu pleno desenvolvimento. Vê a sociedade como anti-humana e está interessado em articular meios de libertar o ser humano, tornando possível a realização de todo o seu potencial. O humanismo radical coloca ênfase na mudança radical, nas formas de dominação, na emancipação, na privação e na potencialidade.

Segundo Drago (1992) as origens filosóficas do Paradigma do Humanismo Radical estão no idealismo alemão e na noção Kantiana de que a realidade fundamental do universo é mais racional que material. Daí a noção de que o indivíduo, pela razão, cria o mundo no qual vive. Como consequência desse discurso abre-se dois caminhos: o subjetivismo idealista (pautado em Husserl e Fichte) cuja ênfase está na consciência individual e o objetivismo idealista (pautado em Hegel) que está voltado para a integração do indivíduo com o absoluto, idéia esta que exerce forte influência sobre o Humanismo Radical.

2.3 IMAGENS DE DOMINAÇÃO

As metáforas permitem ver diferentes dimensões de uma mesma situação, mostrando qualidades que podem coexistir, apoiando, reforçando ou contradizendo uma a outra. As metáforas para as organizações constituem instrumentos que podem ajudar a compreendê-las e administrá-las (MORGAN, 2006).

A metáfora Imagens de Dominação (MORGAN, 2006) é usada de modo resumido no trabalho de Alvesson e Deetz (1999) para caracterizar a Teoria Crítica para Estudos Organizacionais. A referida metáfora se relaciona com a natureza da organização partindo da idéia de que as organizações são instrumentos de dominação. Seu foco está nos aspectos potencialmente explorados na vida corporativa como o uso dos trabalhadores, das comunidades onde estão situadas e da economia mundial para atingir seus objetivos, ou seja, os aspectos da moderna organização que racionalizam as relações entre trabalhadores e a administração.



Segundo Morgan (2006) as pessoas são geralmente levadas a pensar as organizações como empresas racionais buscando atingir metas que visam à satisfação do interesse de todos. Contudo, evidências sugerem ser esta visão mais ideologia do que realidade. As organizações geralmente são usadas como instrumentos de dominação que promovem interesses egoístas de elites à custa de outros interesses, e existem elementos de dominação em todas as organizações.

O aspecto de dominação da organização tornou-se objeto especial de estudo de teóricos radicais inspirados pelas visões de Max Weber, Robert Michels e Karl Marx, onde se verifica que as diferentes sociedades e épocas são caracterizadas por diferentes formas de dominação social. Segundo Drago (1992) os indivíduos, através da autoconsciência, podem criar e transformar a sociedade na qual vivem. Afirma a premissa de Marx que a sociedade domina e aliena o indivíduo e que o Sistema Capitalista de Produção é o cerne da alienação do homem.

Através dessa metáfora podemos entender as organizações na perspectiva dos grupos explorados e também entender como as ações que são racionais num ponto de vista podem ser exploradas de outra forma.

2.4 IMAGENS DE NEUROSES

A metáfora Imagens de Neuroses (MORGAN, 2006) também é utilizada de forma resumida no trabalho de Alvesson e Deetz (1999) para caracterizar a Teoria Crítica para Estudos Organizacionais. Também está relacionada com a natureza da organização, porém é uma metáfora abstrata caracterizada pela idéia de que as organizações são prisões psíquicas onde as pessoas se tornam prisioneira de seus pensamentos, idéias e crenças inconscientes.

Morgan (2006) afirma que os seres humanos têm inclinação para caírem nas armadilhas criadas por eles mesmos. O autor explora as organizações como prisões psíquicas. Esta metáfora combina a idéia de que as organizações são, em última análise, criadas e sustentadas por processos conscientes e inconscientes com a noção de que as pessoas podem-se tornar verdadeiras prisioneiras de imagens, idéias, pensamentos e ações que esses processos originam. Embora as organizações possam ser realidades socialmente construídas, essas construções assumiram existência e poder próprios que lhes permitem exercer certo grau de controle sobre seus criadores.



As organizações e seus membros são vistas como sistemas prisioneiros de seus próprios pensamentos e ações, ou seja, aprisionados por construções da realidade. A natureza das prisões psíquicas são maneiras aprovadas, de pensar e de agir, que tornam-se prisões que confinam as pessoas dentro de mundos socialmente construídos e impedem o surgimento de outros mundos. Essa metáfora da prisão psíquica permite explorar o significado oculto dos nossos mundos tidos como verdadeiros a partir da descoberta dos processos inconscientes e respectivos modelos de controle que aprisionam as pessoas em esquemas insatisfatórios de existência.

Ela nos impulsiona para uma análise crítica da organização e da sociedade, permitindo a compreensão do significado, bem como lidar com ele e com as conseqüências das nossas ações de um modo mais esclarecido. A dimensão invisível da organização que está no inconsciente pode engolir e aprisionar as ricas energias das pessoas envolvidas no processo organizacional. Entretanto, a compreensão deste processo pode trazer a liberação da energia escondida sob formas que promovem transformação criativa e acarretam a mudança, criando relações mais integradas entre indivíduos, grupos e organizações e seus ambientes.

Por essa metáfora podemos examinar a vida organizacional, verificando se caímos na armadilha de adquirir conhecimentos criados por nós mesmos e de como fazemos. Ela oferece muitas idéias sobre aspectos psicodinâmicos da organização e dos estilos de administração.

2.5 FONTES TEÓRICAS DE INSPIRAÇÃO

A Teoria Crítica tem sua essência nos seguintes desenvolvimentos específicos do pensamento ocidental conforme Alvesson e Deetz (1999):

1. A relação de poder/conhecimento que surge com a perspectiva de Nietzsche – todo conhecimento requer como referência primária as comunidades sociais contagiadas de relações de poder específicas ao invés de um mundo de essências ou objetos de conhecimento.
2. O construtivismo não dualista devido à experiência e à linguagem que surge com a hermenêutica fenomenológica e com o estruturalismo linguístico – a intersubjetividade que precede qualquer subjetividade ou objetividade é estruturada em formas inteligíveis.
3. A teoria de conflito social historicamente embasada em Marx – acaba a inocência das perspectivas social/histórico/linguísticas ao colocá-las dentro de divisões sociais materialmente produzidas e negou qualquer desenvolvimento histórico unitário homogêneo.



4. Um sujeito humano complexo, que vem de Freud – sujeito complexo, guiado por conflitos e frequentemente alienado, ao invés de uma pessoa consciente, unitária, autônoma, desafiando qualquer pretensão de racionalidade simplória e a uma identidade clara e fixa.

Esses desenvolvimentos refletem os discursos dominantes da época e a forma com que os autores combinam e reagem a eles dentro de um contexto histórico constituem as diferenças presentes na Teoria Crítica.

2.6 RESPOSTAS AO MODERNISMO

Segundo Alvesson e Deetz (1999) no contexto social o modernismo caracteriza-se pela instrumentalização das pessoas e da natureza, pelo uso de conhecimento técnico-científico (seguro e robusto – positivismo e racionalismo) para realizar resultados previsíveis a partir da produtividade e resolução técnica de problemas o que conduz a uma boa vida econômica e social, baseada na acumulação de riquezas daqueles que investem na produção e pelo consumo por parte dos consumidores. O modernismo de início representou a emancipação em relação ao mito, à autoridade e aos valores tradicionais por meio do conhecimento, da razão e das oportunidades baseadas em capacidades elevadas.

A Teoria Crítica mostrou como o modernismo estava baseado em mitos, com autoridade arbitrária, subordinado a vida social à racionalidade tecnológica e protegido os interesses de um novo grupo dominante. O conflito entre um discurso moderno e um tradicional onde a modernidade requer o que há de positivo é deslocado para um novo conjunto de conflitos que surgem dos problemas da própria modernidade.

Como resposta para condições sociais específicas de uma sociedade contemporânea que desenvolveu capacidades positivas e formas de dominação, a Teoria Crítica representa o desenvolvimento ocidental como o desenvolvimento de um modernismo progressivo e instrumental obscurecendo uma sociedade tradicional com ganhos vantajosos e altos custos.

Os teóricos críticos vêem o projeto modernista como doente e vêem esperança na reconstrução e recuperação das partes boas, redirecionando o futuro. Focam na distorção e no estreitamento do discurso histórico por meio reificação, da universalização de interesses de segmentos sociais, da dominação da racionalidade instrumental e da hegemonia. De modos diferentes esperam recuperar um processo racional pelo entendimento social-histórico-político



do construcionismo, uma concepção mais ampla de racionalidade, a inclusão de mais grupos na determinação social e superando a comunicação distorcida. Parte-se da crítica da dominação e da forma como os subjulgados participam da própria subjulgação. Tem como perspectiva produzir foros onde segmentos diferentes da sociedade e interesses humanos diferentes façam um diálogo melhor e mais moral, onde cada um contribua com escolhas e produzam um futuro para todos. O intelectual tem um papel ativo na produção de um entendimento esclarecido.

2.7 DIMENSÕES SOBRE AS POSIÇÕES DE PESQUISA DA TEORIA CRÍTICA

Os autores Alvesson e Deetz (1999) fazem uma menção ao diagrama usado por Burrell e Morgan, porém enfatizando particularidades de semelhanças e diferenças entre as teorias. Na primeira dimensão desse diagrama posicionam-se as perspectivas de pesquisa, tomando por base “seu aprofundamento dentro de um conjunto dominante de estruturas do conhecimento, relações sociais e identidades (...) e até que ponto essas perspectivas trabalham para desfazer tais estruturas” (1999, p. 234). Já na segunda dimensão “enfoca a origem dos conceitos e dos problemas a serem formulados como parte constitutiva do processo de pesquisa” (1999, p. 234). Os autores procuram chamar a atenção para as semelhanças e diferenças que julgam importantes de serem observadas como instrumento de divisão e classificação das perspectivas de pesquisa (1999, p. 234).

A figura 1 ilustra o referido diagrama:

Figura 1 – Dimensões contrastantes

		Relação com o discurso social dominante		
		Dissenso		
Origem dos conceitos e problemas	Local / emergente	Estudos dialógicos Pós-moderno desconstitucionista	Estudos Críticos Moderno tardio reformista	Elite/ a priori
		Consenso		

Fonte: adaptado de Alvesson e Deetz *in*: Cleeg *et al*, 1999.

Para esse trabalho interessa explorar a parte superior do diagrama, que é onde se situam a Teoria Crítica e o Pós-Modernismo. Na primeira dimensão tem-se a dicotomia consenso-dissenso, ela tem um significado que vai além da simples conformidade ou divergência. Sob a ótica do dissenso é o argumento de que “pessoas, ordens e objetos são



construídos no trabalho, na interação social e no processo de pesquisa e, conseqüentemente, o mundo percebido está baseado em processos políticos de determinação que, frequentemente, demonstram dominação e poderiam/deveriam ser contestáveis” (1999, p. 235). Quanto ao discurso de consenso, este “proporciona a identidade das pessoas, das ordens sociais e dos objetos como naturais ou, se construído, legitima a esperada descoberta do pesquisador” (1999, p. 235). Segue na tabela 1 um breve resumo dos conceitos dessa dimensão:

Tabela 1 – Caracterização da dimensão consenso-dissenso:

Consenso	Dissenso
Confiança	Suspeita
Ordem hegemônica como estado natural	Conflitos sobre ordem como estado natural
Naturalização do presente	Ordem presente interessada na História e na Política
Integração e harmonia são possíveis	Ordem indica dominação e conflitos suprimidos
Pesquisa enfoca a representação	Pesquisa enfoca desafio e reconsideração (representação)
Espelho (refletindo) a metáfora dominante	Lente (vendo/lendo) a metáfora dominante
Validade como preocupação central	Intuição e práxis como preocupação central
Teoria como abstração	Teoria como abertura
Ciência unificada e triangulação	Complementaridade posicional
Ciência é neutra	Ciência é política
Vida é descoberta	Vida é luta e criação
Pesquisador anônimo, sem tempo e espaço	O pesquisador tem nome e posiciona-se
Agente livre/autônomo	Agente socialmente situado

Fonte: adaptado de Alvesson e Deetz *in*: Cleeg *et al*, 1999.

A segunda dimensão contemplada é a local/emergente e elite/a priori onde trata da origem dos conceitos e dos problemas. Conforme Alvesson e Deetz (1999, p. 235) “no lado da elite, o discurso produz o pesquisador como um agente mais forte, com intuições privilegiadas – tendo ao menos a habilidade para produzir um conhecimento confiável – e deixa claro o compromisso com uma agenda política”. Os mesmo autores trazem que “o conjunto de concepções a priori demonstra alianças implícitas ou explícitas com diferentes grupos da sociedade” (1999, p. 235). As concepções da teoria crítica, tais como “adquirir uma agenda política baseada em divisões sociais preconcebidas e formas de dominação que são



consideradas gerais”, “são críticas de grupos de elite no sentido de criar uma sociedade mais eqüitativa” (1999, p. 235).

Ainda na segunda dimensão “as concepções local/emergente vêem os próprios agrupamentos sociais como construções, o poder e a dominação como dispersos, e a própria agenda de pesquisa como dominadora” (1999, p. 236).

2.8 TEORIA CRÍTICA NOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Conforme Alvesso e Deetz (1999, p. 238), a meta central da teoria crítica nos estudos da organização tem sido criar sociedades e lugares de trabalho livres de dominação, onde todos os membros tivessem “igual oportunidade para contribuir para a produção de sistemas que venham ao encontro das necessidades humanas e conduzam ao progressivo desenvolvimento de todos”. Os autores ainda dizem que, às vezes, os teóricos críticos possuem um programa de trabalho político claro, “focado nos interesses de grupos específicos identificáveis (...), mas, normalmente, endereçam assuntos gerais de objetivos, de valores, de formas de consciência e distorções comunicativas dentro das corporações” (1999, p. 238). Esses grupos específicos são as chamadas minorias, por exemplo, as mulheres, trabalhadores ou negros, os quais têm dificuldade de definir quais são seus interesses políticos (1999, p. 238).

Segundo os mesmos autores (1999, p. 239) podem ser identificados dois tipos de estudos críticos no que tange a teoria das organizações: crítica ideológica e ação comunicativa.

2.8.1 Crítica ideológica

Essas críticas ideológicas se referem ao local de trabalho, onde os temas como dominação e exploração por proprietários e também por gerentes tem sido central. Um dos focos do estudo dessa crítica vem a ser como o controle cultural-ideológico opera em relação a todos os empregados, incluindo até mesmo o nível da gerência (1999, p. 239). Segundo Alvesso e Deetz (1999, p. 239), “a ideologia produzida no local de trabalho estaria ao lado daquela presente na mídia, e o crescimento da cultura do consumidor e o estado de bem estar



social respondem pelo fracasso dos trabalhadores em agir de acordo com seus próprios interesses". Os mesmos autores observam quatro temas que são recorrentes na literatura sobre organizações que trabalham na perspectiva da crítica ideológica:

- **Naturalização:** a reificação está disposta no lugar dos processos da vida, não há opção senão a que já foi imposta pela autoridade, a unidade organizacional é tratada como se pudesse ser extraída do contexto onde está posicionada, neste tenta-se recuperar "as organizações como construções histórico-sociais" e investigar "como são formadas, mantidas e transformadas por meio de processos tanto internos quanto externos a elas" (1999, p. 240). As distinções básicas e a divisão do trabalho "são postas em discussão pela crítica ideológica, que demonstra a natureza arbitrária destes fenômenos e as relações de poder que resultam e sustentam essas formas, a fim de descobrir lugares restantes de escolhas possíveis" (1999, p. 240);

- **Universalização de interesses gerenciais:** os interesses particulares seccionais são universalizados e tratados como se fossem de todos, perde-se o interesse individual e começam a tratar alguns interesses específicos como sendo de toda organização. O bem estar do grupo está vinculado ao bem estar financeiro da organização. Para Offe e Wiesenthal (1980, *apud* ALVESSO e DEETZ, 1999, p. 241) "estudos críticos exploram como a articulação dos interesses é distorcida pelo papel dominante do dinheiro como meio simples e poderoso", Alvesso e Deetz (1999, p. 241) complementam que os estudos também confrontam "produtividade e consumo com valores suprimidos, tais como autonomia, criatividade e prazer, como objetivos para a organização do trabalho".

- **A primazia da racionalidade instrumental:** conforme Alvesson e Deetz (1999, p. 241), Habermas "descreve a racionalidade técnica como instrumental, tendendo a ser governada pelo teórico e hipotético, com enfoque no controle por meio do desenvolvimento de cadeias de meios e fins". Habermas conceituou o oposto natural disso como interesse prático, ou seja, "um interesse constitutivo na preservação e expansão da intersubjetividade de possíveis entendimentos mútuos orientados para ação" (*apud* ALVESSON e DEETZ, 1999, p. 241).

- **Hegemonia:** segundo Alvesson e Deetz (1999, p. 242), Gramsci conceitua hegemonia como "uma rede complexa de arranjos conceituais e materiais produzindo a estrutura mais profunda da vida cotidiana". Essa visão indica a existência de múltiplos grupos



dominantes com interesses distintos, e a existência do poder e de atividade mesmo em grupos dominados (ALVESSON e DEETZ, 1999, p. 242). Nos estudos organizacionais, Willmott (1993) explorou como programas de cultura organizacional são projetados para negar e iludir o desenvolvimento de condições, nas quais a reflexão crítica poderia ser promovida, “a diversidade cultural é dissolvida no banho ácido dos valores-chave da corporação” (*apud* ALVESSON e DEETZ, 1999, p. 242). Segundo Alvesson e Deetz (1999, p. 242), “as estratégias de controle da gerência raramente tem sucesso total. Resistência e algum nível de diversidade cultural normalmente prevalecem. O papel da teoria crítica (...) pode ser visto como a tentativa de preservar e reforçar esta diversidade”.

Os autores, Alvesson e Deetz (1999, p. 243), ilustram três críticas comuns à crítica ideológica: Primeiro, a crítica ideológica aparece *ad hoc* e reativa; segundo, ela parece elitista; e terceiro, seus estudos parecem muito simplistas.

2.8.2 Ação Comunicativa

O segundo tipo de estudo crítico na Teoria das Organizações é a Ação Comunicativa, onde se introduz um “programa de trabalho afirmativo, não baseado em uma utopia, mas ainda com uma esperança de como” poder-se-ia “reformular instituições ao longo das linhas de um discurso moralmente dirigido, em situações que se aproximam de uma situação de fala ideal” (ALVESSON e DEETZ, 1999, p. 244). Habermas se posiciona a favor de uma “melhoria sistemática do mundo vivido por meio de uma concepção expandida de racionalidade que foca na criação e recriação de padrões de significado” (ALVESSON e DEETZ, 1999, p. 244).

Para isso há dependência de como o entendimento comunicativo será alcançado com comunicação não distorcida e presença de discussão livre, argumentação e diálogo. Essa comunicação não distorcida promove a base para a mais alta forma de racionalidade, a qual é denominada: racionalidade comunicativa (ALVESSON e DEETZ, 1999, p. 244). Aqui se tem o foro aberto ao invés do poder e manipulação, assim a racionalidade comunicativa “denota um modo de responder (...) a validade de diferentes reivindicações. A ação comunicativa permite a investigação de toda posição na base de um dos seguintes critérios (universais) de



validade: compreensibilidade, sinceridade, veracidade e legitimidade” (ALVESSON e DEETZ, 1999, p. 244).

A situação ideal de fala, segundo Alvesson e Deetz (1999, p. 245), “não é uma qualidade na comunicação ordinária, mas uma antecipação contrafactual” que é conseguido quando busca-se o entendimento mútuo, tentando alcançar a forma de forma de argumentação que se pressupõe poder utilizar, quando busca-se tirar as pessoas “do fluxo da ação cotidiana e verificar uma afirmação problemática”.

2.9 A CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS CRÍTICOS DA ORGANIZAÇÃO

A forma organizacional que percebemos em nossos dias é oriunda de teorias que se completaram e perceberam de forma distintas a melhor forma de administrar as organizações e suas complexidades dentro de seus contextos históricos. Assim a Teoria Crítica tem contribuído para o estudo das organizações, chamando a atenção em diferentes pontos associados às organizações e seus membros.

Despertaram interesse, a partir da Teoria Crítica, as metáforas para organização e gerência: organização como tecnocracia, mistificação, entorpecimento cultural e poder colonizador. Nesse contexto chama a atenção como a competência gerencial leva à passividade de outros participantes organizacionais, como ambigüidades e contradições são mascaradas, como a engenharia de valores e definições de realidade tendem a debilitar grupos de nível mais baixo ou marginais nas negociações da realidade do lugar de trabalho e como os códigos do dinheiro e do poder formal exercem um encerramento da posição hegemônica sobre as experiências, valores e prioridades articuladas no lugar de trabalho. Têm-se dois pontos básicos: um orientado para conteúdo (ênfatisando fontes de constrangimento) e outro orientado para processo (ênfatisando a variação na ação comunicativa em organizações).

Outro fato observado pela Teoria Crítica é a estreita associação do pensamento dominado pela razão instrumental e pelo código do dinheiro. A razão instrumental quando usada equilibradamente é uma forma produtiva de pensar e agir, porém na ausência da razão prática contribui para reificação das pessoas e da natureza, ou seja, para várias formas de destruição.



A racionalidade instrumental mascarada de tecnocracia aspira a neutralidade e independência com relação a interesses próprios e das políticas. A tecnocracia aponta para uma compreensão restrita do ser humano e das metas organizacionais. A consciência tecnocrática surge de grupos, idéias e instituições dominantes que produzem e utilizam tecnocracia. Os conflitos entre ideais e princípios diferentes são vistos como se dissolvendo e como uma consequência do desenvolvimento de métodos racionais. Conflitos entre razão prática e razão instrumental são tratados como evitáveis através de métodos gerenciais que produzem bem-estar e desenvolvimento para o ser humano, além de qualidade e produtividade. Assuntos políticos básicos são transformados em solução técnica de problemas.

O trabalho de Habermas chama atenção pela possibilidade do desenvolvimento mais aplicado e empírico da Teoria Crítica. Partindo da questão empírica Forester (1989) distingue distúrbios inevitáveis e os socialmente desnecessários entre problemas socialmente *ad hoc* e fontes de distorção, estruturalmente relacionadas e socialmente mais sistemáticas. A partir do ponto de vista de comunicação as organizações podem ser avaliadas por sua proximidade com o dogma (comunicação fechada) ou com o diálogo (comunicação aberta). Na visão da Teoria Crítica ocorre mais o dogma do que o diálogo.

Alvesson e Deetz (1999) *apud* Forester:

Quando organizações ou sociedades estão estruturadas de forma que seus membros não têm recursos protegidos para verificar a verdade, a legitimidade, a sinceridade, ou a clareza das alegações feitas pelas estruturas estabelecidas de autoridade e produção, podemos achar condições de dogmatismo em vez de aprendizagem social, tirania em vez de autoridade, manipulação em vez de cooperação, e desordem em vez de sensibilidade. Neste sentido, a teoria crítica aponta para a importância de compreender, prática e normativamente, como o acesso e a participação em discursos, tanto teórico e prático são sistematicamente estruturados.

A partir de uma situação empírica mundana Forester (1992) mostra como as pretensões de validade pragmáticas de Habermas são produtivas para explorar como as relações sociais e políticas são estabelecidas, reordenadas e reproduzidas à medida que o pessoal da equipe envolvida na pesquisa fala e escuta.

Os pontos apontados acima demonstram como a Teoria Crítica contribuiu e pode contribuir para os estudos organizacionais a partir de suas análises em diferentes contextos e



por diferentes estudiosos. Considerando sua base fundamental que envolve conceitos de diferentes linhas de estudo têm-se condições de analisar as organizações e seus membros para um melhor processo administrativo.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças estão presentes nas diferentes sociedades em função de um processo evolutivo característico das mesmas e dos indivíduos que a compõem. Essas mudanças e o conseqüente processo evolutivo estão atrelados à forma como os indivíduos e organizações vêem sua realidade, a constroem ou transformam. A forma organizacional que percebemos em nossos dias é oriunda de teorias que se completaram e perceberam de forma distintas a melhor forma de administrar as organizações e suas complexidades dentro de seus contextos históricos. Assim a Teoria Crítica tem contribuído para o estudo das organizações, chamando a atenção em diferentes pontos associados às organizações e seus membros.

A Teoria Crítica tem como fundamento diferentes estudiosos, porém nos trabalhos de Mats Alvesson e Stanley Deetz e Thomaz Wood Jr do livro Handbook de Estudos Organizacionais o significado da Teoria Crítica é restrito, referindo-se aos estudos organizacionais embasados prioritariamente, embora não exclusivamente, em conceitos da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer, Marcuse e Habermas) e fundamentado de forma resumida no paradigma do Humanismo Radical de Burrell e Morgan (1979) e às Imagens de Dominação e Neuroses de Morgan (1986).

O Humanismo Radical diz que a realidade fundamental do universo é mais racional que material, originando a noção de que o indivíduo, pela razão, cria o mundo no qual vive. O homem é dominado por uma superestrutura ideológica com a qual está em interação e que dificulta a relação entre ele mesmo e sua verdadeira consciência, caracterizando a alienação do homem que impede seu pleno desenvolvimento. Conforme as Imagens das Dominações as organizações são usadas como instrumentos de dominação que promovem interesses egoístas de elites à custa de outros interesses, existindo um elemento de dominação em todas as organizações. As diferentes sociedades e épocas são caracterizadas por diferentes formas de dominação social, porém os indivíduos, através da autoconsciência, podem criar e transformar a sociedade na qual vivem, uma vez que a sociedade domina e aliena o indivíduo, sendo o Sis-



tema Capitalista de Produção o cerne da alienação. A partir das Imagens de Neuroses as organizações e seus membros são vistas como sistemas prisioneiros de seus próprios pensamentos e ações, ou seja, são aprisionados por construções da realidade. A natureza das prisões psíquicas são maneiras de pensar e de agir aprovadas que tornam-se prisões que confinam as pessoas dentro de mundos socialmente construídos e impedem o surgimento de outros mundos.

A base conceitual que fundamenta a Teoria Crítica faz questionamentos da realidade apresentada, construída ou em construção que culminaram com as mudanças e evolução presente nas organizações e indivíduos. Seus questionamentos são relacionados a sociedade moderna que é caracterizada pela totalitarismo, pela tecnologia, pela criação de falsas necessidades e pela consciência e moldada e controlada pela mídia.

Com base nessas características a Teoria Crítica mostrou que o modernismo estava baseado em mitos, adquirindo uma autoridade arbitrária, subordinando a vida social à racionalidade tecnológica, protegendo interesses de um grupo dominante. Apesar de tais julgamentos a Teoria Crítica acredita no projeto modernista vendo caminhos de reconstrução, recuperando o que há de bom, redirecionando o futuro. Tal reconstrução está relacionada aos caminhos do subjetivismo idealista (Hussel e Fichte) que privilegia a consciência individual.

Considerando as origens e seu desenvolvimento a Teoria Crítica constitui-se como um importante caminho para análise das organizações, buscando sociedades e organizações livres de dominação onde todos possam contribuir e desenvolver-se. Tal busca acontece na medida em que se entende a realidade dos sistemas organizacionais e canalizam-se esforços para superar a dominação existente passando seus membros a contribuírem com a realização das necessidades humanas e o desenvolvimento de todos.

Na medida em que se avança em possibilidades tecnológicas e novos arranjos de produção ajustes e transformações precisam ser feitos nas teorias tendo em vista o contexto histórico. Num cenário atual onde a economia é essencialmente capitalista e internacionalizada a contribuição da Teoria Crítica para Estudos Organizacionais é de grande relevância, pois conseguiu explicar o que outras teorias não conseguiram em função de sua fundamentação e contexto histórico, tornando-se um pólo de interesse para o campo organizacional.



4 REFERÊNCIAS

ALVESSON, Mats; DEETZ, Stanley, *in*: CLEGG, Stewart R. *et al.* **Handbook de Estudos Organizacionais**. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1999.

BRADÃO, Frinéia.

http://www.redereich.com/1024%20x%20768/texts/r_reich_escola_frankfurt.html acessado em 09/06/2011.

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological paradigms and organizational analysis**. London: HeinemannEducational, 1979.

DRAGO, Pedro Anibal. Teoria crítica e teoria das organizações. *Revista de administração de empresas*. São Paulo, ano 2, v. 32, p.58-64. 01 abr./jun. 1992.

FERREIRA, Vitor Claudio Paradelat *et al.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

KELLY, Bárbara, 2010. <http://barbaraengenhariaambiental.blogspot.com/2010/06/escola-de-frankfurt.html> acessado em 09/06/2011.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTANA, Ana Lúcia. Escola de Frankfurt. Obtido em: <http://www.infoescola.com/filosofia/escola-de-frankfurt/> Acessado em: 11/06/2011.

SLATER, Phil. **Origem e significado da Escola de Frankfurt**. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1978.

SOUZA, Paulo Roberto Belomo de; KASUYANSALDANHA, Anaís Naomi; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. Teoria crítica na administração. *Revista de pesquisas em administração*. São Paulo, ano 3, v. 11, p.1-9. 01 jul./set. 2004.

WOOD JR, Thomaz, *in*: CLEGG, Stewart R. *et al.* **Handbook de Estudos Organizacionais**. Vol. 1. São Paulo: Atlas, 1999.